

Saúdo os integrantes da mesa e outras autoridades presentes, em especial a Dr.^a Maria Adélia Campello.

Colegas do IAB, funcionários, senhoras e senhores:

Pela primeira vez, em toda a existência do Instituto dos Advogados Brasileiros, uma advogada chega à Presidência. Vendo a galeria dos mortos ilustres que nos olham do alto deste plenário, fico a imaginar a reação do espírito de Montezuma, cuja cadeira parecia reservada eternamente ao sexo masculino, ou a de Teixeira de Freitas, conhecido por seu pavio curto.

Maria Adélia Campello, devotada ao IAB, assume a responsabilidade de levar avante a nova etapa, que nos orgulhamos de haver iniciado, do projeto transformador do Instituto. Sintonizada com o processo de mudança desde o começo, saberá, sem dúvida, desincumbir-se do encargo e assim nossa tarefa não ficará inconclusa. Merece todas as homenagens.

Não menos justo é homenagear também os funcionários.

Quando propus buscarmos uma nova sede para o IAB, houve quem ousasse chamar a idéia de factóide, apesar de nesta sede não haver espaço para o presidente e os demais diretores exercerem suas funções. Na falta de um local apropriado, escolhi trabalhar durante o mandato na secretaria, convivendo com os funcionários e podendo ver sua dedicação, disposição de colaborar, criatividade, esforço por se aperfeiçoarem.

Evelin, a secretária, que me auxiliava nos despachos (eu como pai-de-santo, ela como eficiente cambono); Flávio, um ás do computador, de tendência artística comprovada na confecção de cartazes e no trato com o *data show*; Sandra, vigilante do trabalho prestado por quem reclamava pagamento; Ângela e Alexander, citados no agradecimento do pesquisador *Eduardo Spiller Pena* por sua colaboração na feitura do livro *Os Pajens da Casa Imperial*; e Henrique, atento no controle do som, percorrendo escritórios sob sol e chuva (e até sob chuva de balas). Mesmo não tendo freqüentado o Centro Cultural como queria, posso atestar aquelas mesmas qualidades nos seus funcionários, a gentil e cooperativa Andréa e o prestativo Alexandre.

Após as homenagens, a prestação de contas.

Aos que avaliam uma gestão pelo dinheiro em caixa, informo que, encontrando, ao tomar posse, o saldo de R\$ 275.680,49, estamos deixando hoje o saldo de R\$ 512.437,33. Apesar de, em grande parte graças à atividade cultural,

termos conseguido trazer algum dinheiro para aumentar a receita, mantivemos o valor da anuidade, admitindo o pagamento parcelado, como forma de amenizar o inadimplimento. Porém o certo será libertar o IAB da dependência dessa contribuição e dos repasses feitos pela CAARJ.

É vital uma fonte de receita estável, somente possível quando o Instituto for um verdadeiro centro de estudo e pesquisa, capacitando-se dessa maneira a obter financiamentos públicos ou privados (por exemplo, do CNPq ou da Fundação Ford). Então ficaremos livres da mentalidade conservadora, temerosa da falta de pagamento da anuidade, de irmos a perder os repasses da CAARJ, de que o número dos falecimentos ultrapasse o da entrada de sócios e por isso tendente ao afrouxamento das exigências de admissão no IAB.

Para decepção dos que avaliam uma gestão com olhos burocráticos, não relatarei o número de ofícios, cartas e mensagens eletrônicas expedidos e recebidos, a quantidade de indicações e pareceres apresentados e aprovados, de despachos do Presidente, de despachos do 4.º Secretário com sugestões para conversão de projetos de lei em indicações, nada disso. Os interessados obterão esses dados na secretaria.

A Diretoria, acatando proposta do 4.º Secretário, passou a se comunicar por via eletrônica, facilitando-se, além da comunicação, a troca de idéias para a tomada de decisões.

Por uma simples mudança na redação dos ofícios com que encaminhávamos, aos poderes da república, pareceres e moções aprovados em plenário, a importância do IAB vem sendo reconhecida, principalmente pelo Legislativo e pelo Executivo, que nos dão notícia de providências tomadas. Em vez de ofícios protocolares, passamos a neles explicitar a finalidade de aperfeiçoamento da ordem jurídica democrática e, para tanto, a disposição de colaborar, ainda que com desaprovação e crítica.

Exercendo o direito, assegurado em lei, de o presidente do IAB ter assento e voz no Conselho Federal da OAB, estive presente às suas sessões plenárias, transmitindo o pensamento da nossa instituição acerca de questões relevantes da vida jurídico-política nacional aqui debatidas.

Empenhei-me pessoalmente em tornar as comissões permanentes o centro das atividades do IAB e durante o mandato estimei-as a tomar iniciativas. A maioria correspondeu, inclusive realizando seminários e palestras; outras, como as de Biodireito e Direito Comunitário, não se reuniam ou, quando convocada reunião, seus membros não compareciam; quanto às de Direito Administrativo e Direito da Cidade, nem sequer logrei que alguém assumisse a sua presidência. Chego à conclusão de que certas comissões perderam a razão de ser e bem poderiam ser extintas.

Tem valioso potencial para o processo de transformação do IAB de restrito ambiente acadêmico em moderno centro produtor de conhecimento científico do direito o Centro Cultural Teixeira de Freitas, cuja criação foi antecedida de negociações com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que culminaram com êxito na gestão de Ricardo César Pereira Lira. Inaugurado por Calheiros Bomfim, o Centro Cultural muito deve à determinação, ao esforço e à ousadia de Jair Abrunhosa. Sua memória merece ser nele gravada.

Uma vez eleito, compreendi que nosso projeto exigiria que o Presidente fosse um animador cultural, dado que se tratava, conforme tive ocasião de dizer em sessão plenária de outubro de 2002, "de abrir as janelas do pensamento, permitindo que nos invada e nos impregne o ar revitalizador do que houver de mais moderno na teoria do conhecimento". Ser animador cultural nessa perspectiva significava fazer da Diretoria Cultural o eixo de atuação; teria de ser instrumento de uma guinada política no IAB em termos de cultura jurídica, dando-se outra dimensão ao cargo de Diretor Cultural.

O jovem Alexandre Brandão, escolhido porque se identifica com esse propósito, demonstrou grande capacidade de trabalho, reavivando, quer pela qualidade dos expositores, quer pelos assuntos, as sessões temáticas e as palestras promovidas no Centro Cultural (que, diga-se de passagem, atraíram muito poucos sócios do IAB). Além de sediar seminários e palestras de nível elevado, ali se realizaram lançamentos de livros e revistas e uma exposição de artes plásticas, a fim de abrigar atividades multiculturais. Suas instalações foram melhoradas e resolvemos os problemas de refrigeração e computadores.

O segundo elemento daquela guinada foi a programação, igualmente digna de nota, idealizada e levada a cabo pelo 4.º Secretário, Sérgio Sant'Anna, denominada *O IAB e os Grandes Temas Nacionais*, inaugurada com o debate *Ética x Corrupção: os Desafios do Estado Democrático*, seguido de outros, sempre abordando questões afetas ao conjunto da sociedade e não apenas ao mundo jurídico, porque a matéria jurídica não deve ser exclusiva de especialistas. *Peter Häberle* sustenta, com razão, que "quem vive a norma acaba por interpretá-la ou pelo menos por co-interpretá-la", sendo o destinatário da norma "participante ativo, muito mais ativo do que se pode supor tradicionalmente, do processo hermenêutico".

O terceiro elemento de sustentação dessa política cultural mais avançada, de grande valia para a consolidação do IAB como centro de produção científica de conhecimento do direito, poderá vir a ser a Comissão Permanente de Teoria Geral e Filosofia do Direito, à frente da qual esteve José Alfredo Ratton, na medida em que seus estudos e atividades prossigam no caminho da elaboração e da ação reforçadas pela crítica. A importância dessa comissão decorre de que o processo científico de conhecimento pressupõe fundamento filosófico e método.

A biblioteca passou a editar um boletim informativo virtual e mantém um *link* de divulgação de obras publicadas pelas editoras Lumen Iuris, Saraiva e Impetus, das quais as duas últimas nos fazem doações de livros. Tentou-se sem resultado, junto ao do Município do Rio de Janeiro, obter, na futura Biblioteca Central da cidade, espaço para obras raras que nossas instalações não mais comportam.

A *Folha do IAB* ganhou feição e ritmo verdadeiramente jornalísticos e é exibida, na íntegra, na nossa página da *Internet*, hoje dotada de maior agilidade. Divulga, além da *Folha*, as pautas das sessões ordinárias, o programa das sessões temáticas, dos grandes temas nacionais, de seminários promovidos pelo Instituto e por outras entidades, o boletim informativo da biblioteca e notícias de interesse dos sócios. Com a aprovação, pela Diretoria, de proposta de Sérgio Sant'Anna, o IAB figura no informativo eletrônico *Migalhas*.

Retomamos o projeto da gestão de Marcello Cerqueira, agora para que sirva ao tratamento científico do direito mediante a abordagem de questões novas e a realização de pesquisas, de um curso de pós-graduação, criando a Comissão de Estruturação do Curso de Pós-graduação do IAB, integrada por Alexandre Brandão, Ricardo César Pereira Lira, Jayme Léo Urym e Adherbal Meira Mattos, sob a coordenação do primeiro. O curso terá a chancela de uma universidade pública, já estando em estudo proposta de convênio apresentada pela UERJ.

Por considerar a pesquisa essencial para que o IAB se tome um centro de produção científica de conhecimento do direito, reuni-me, em agosto de 2005, com o diretor executivo do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, visando a estabelecer um trabalho conjunto. A idéia foi bem recebida e em reunião com o coordenador do Centro de Estudos Direito e Sociedade, órgão do IUPERJ, ficou definido que se encontre uma forma de associação entre o CEDES e o Instituto, que deve ter continuidade.

Ao tomar posse, declarei que nos inspirávamos em *Saldanha Marinho*. Nessa gestão meteórica, nesse curtíssimo mandato bienal, que nem é exatamente de dois anos e mal bastou para darmos o primeiro passo da etapa avançada do processo de transformação iniciado em gestões anteriores e de que o IAB tanto carece, verifiquei o quanto estamos longe de realizar sua aspiração, por mim lembrada, de que o Instituto não se reduza "a uma palestra sem importância, onde as causas perdidas ou as pretensões desarrazoadas venham procurar amparo ou desabafo".

Persistem fatores de perturbação e obstáculo ao consenso ativo indispensável ao sucesso de empreitada de tamanha envergadura: suscetibilidades, egos inflados, particularismos, ciúmeiras. Uma das facetas do modo de ser do IAB, que passei a denominar *exacerbação do minúsculo*, negação da sua grandeza, é a tendência a superdimensionar coisas menores, produzindo, não raro, querelas, intriga, maledicência.

Qual o caldo de cultura desses fatores?

O Instituto dos Advogados Brasileiros, embora sua importância na vida nacional seja menor que outrora, resplandece ainda de tal forma por seu passado que sempre existe quem conceba o ingresso nesta Casa como a suprema realização, imaginando que ser sócio por si só o eleva à categoria de "luminar do direito". Ocupar cargos na Diretoria soa para alguns como transpor o portal da glória e alçar-se à Presidência é alcançar-lhe o píncaro, parecendo-lhes que assim poderão ombrear com Rui Barbosa ou Teixeira de Freitas.

Afinal aqui se valorizam mais os sujeitos, donde o culto dessas e de outras personalidades, bem como da cadeira de Montezuma, em vez de valorização maior ser dada a planos de trabalho e como realizá-los. Não nos admiremos, então, com erupções de vaidade, agravadas pela atração e pelo fascínio que o poder exerce sobre determinadas pessoas, donde eclodirem reações por vezes tempestuosas e agressivas quando não satisfeita alguma pretensão.

Os entraves à atividade primordial do IAB não desaparecerão enquanto não se modificar radicalmente a realidade que os alimenta, o seu modo de ser, transformando-se de fato num local de estudo e pesquisa dos grandes problemas nacionais, sociais, do país e do mundo, numa espécie de laboratório onde as pessoas não estejam preocupadas com a ostentação do título de membro do Instituto (talvez até tirando proveito disso) e – sem que implique minimizar o papel do indivíduo – no qual esse trabalho tenha caráter coletivo. Nada de verdadeiramente grande é possível se não submetemos os interesses particulares aos objetivos maiores.

Não bastam reformas no Estatuto, no Regimento Interno, no funcionamento do IAB ou ter uma nova sede. Como centro de elaboração de teoria e prática científicas, o Instituto deve estabelecer, para quem queira nele ingressar, critérios rigorosos de qualificação e de aferição do compromisso com o trabalho, e desse modo pertencer ao Instituto ou ocupar cargos de direção perderão a aura de honraria, possibilitando, pela efetiva participação, o consenso ativo antes mencionado. Isso nos remete à questão da existência de sócios.

De vez em quando alguém pergunta que faz o IAB pelos sócios, como se fosse um clube, a que se paga contribuição e se cobram serviços. Mas o Instituto não é um clube e sim uma instituição cultural. Há também quem pense que o IAB deve intervir em questões de prerrogativas de advogado. Mas o Instituto também não é órgão de representação. Fique, então, claro: clube é o Clube dos Advogados e órgão de representação é a OAB. Em consequência, precisamos questionar se o Instituto deve continuar a ter sócios.

Um centro produtor de conhecimento científico não se coaduna com sócios, como também não condiz com a concessão de medalhas ou o tratamento de

excelência. Talvez o IAB assim transformado deva ser estruturado com uma coordenação, cada um dos seus integrantes tendo atribuições definidas e o conjunto sendo capaz de levar a termo os estudos e as pesquisas sob a direção de um coordenador geral ou diretor executivo. A um centro dessa natureza é mais adequado, em vez de Conselho Superior, um conselho consultivo. Não menos importante: seu objetivo exige, além de advogados e juristas, a colaboração de profissionais de outras áreas.

O maior problema desse projeto transformador é que no IAB só dispomos do tempo que sobra aos membros nos seus afazeres fora daqui, e um projeto desse porte não pode ser conduzido amadoristicamente, e sim por profissionais.

Não vim dar lições, mas somente expor meu pensamento sobre o que entendo necessário à continuidade do nosso projeto. Pode-se concordar ou não.

Em vez sonhar com o futuro, estivemos comprometidos com sua construção no presente. Demos um salto de qualidade, com a necessária visão prospectiva, com coragem e audácia, mas sem nos distanciarmos da realidade, pena de não percebermos os movimentos de mudança no seu interior.

Saio da Presidência como entrei: confiante no futuro.